

Senado aprova acordo com bancos

Desconto no débito não será de 35%, como divulgado pelo governo Collor, mas de 22%

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem, por 41 votos a 2, os termos do acordo de reescalonamento da dívida externa de US\$ 56 bilhões, negociado pelo governo com os bancos credores privados. Do total, US\$ 50 bilhões se referem ao principal da dívida e US\$ 6 bilhões aos juros atrasados relativos a 1991 e 1992. A partir de agora, o Brasil eleva de 30% para 50% o pagamento dos juros a vencer da dívida, até que o acordo seja assinado, entre julho e setembro.

Os termos do acordo da dívida foram aprovados por meio da resolução 94, redigida pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Votaram contra a resolução os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e

José Paulo Bisol (PSB-RS). O desconto efetivo da dívida, diz o relatório, não será de 35% como chegou a se anunciado pelo governo Collor, mas de 22% do principal da dívida sujeita ao reescalonamento e de 16,67% dos juros renegociados.

Em valores absolutos, haverá uma redução de US\$ 12,2 bilhões sobre o total do endividamento externo brasileiro. A hipótese com que a Comissão de Assuntos Econômicos trabalhou prevê que os bancos credores optem por renegociar US\$ 16 bilhões de bônus ao par (troca pelo valor de face da dívida antiga por bônus com juros fixos), US\$ 16 bilhões por bônus de desconto (troca da dívida antiga por bônus com desconto de 35% sobre o valor de face), US\$ 4 bilhões em bônus de redução temporária dos juros, US\$ 2 bilhões de bônus de capitali-

zação (a diferença de juros entre taxa de 8% que será cobrada a partir do oitavo ano e as taxas iniciais, entre 4% e 5%) e US\$ 2 bilhões de outros bônus.

Mas o desconto efetivo a ser obtido dependerá da escolha feita pelos bancos. Por isso, Fogaça introduziu na resolução 94 um dispositivo que permite ao Senado — por ocasião da troca da dívida antiga pelos novos bônus — decidir se a escolha dos banqueiros não excede a capacidade de pagamento do setor público brasileiro, definida em resolução.

Serão gastos US\$ 4,6 bilhões na compra dos bônus do Tesouro dos EUA, a serem oferecidos aos bancos como garantia ao acordo. Do total, US\$ 1,6 bilhão será emprestado pelo Bird, BID e FMI. O Brasil entrará com US\$ 1,6 bilhão. Falta definir de onde sairão os restantes US\$ 1,4 bilhão.



Eduardo Suplicy

Como o senador Bisol, voto contra o acordo